



Dia a Dia

Rafael Motta e equipe

e-mail: diaadia@atribuna.com.br

Secretário de Gestão deve trocar Santos por SP

O secretário de Gestão de Santos, Rogério Custódio, no cargo desde maio do ano passado, deverá deixar o posto neste mês para assumir função a ser definida no Governo do Estado. A coluna apurou a possibilidade, extraoficialmente, após o Sindicato dos Estatutários (Sindest) ter comunicado o adiamento de uma assembleia sobre a campanha salarial. Marcada para dia 19, acabou suspensa porque o "substituto" de Custódio "não foi definido pelo prefeito Rogério Santos (PSDB)" e, "desa forma, o sindicato está sem interlocutor". "O secretário de Gestão é responsável por estabelecer esse diálogo com os sindicatos", limitou-se a dizer a Prefeitura, após ser questionada pela coluna se haverá troca na Gestão. Na prática, o adjunto, Eder Santana de Oliveira, tem conduzido os diálogos entre o Município e os dois sindicatos da categoria – Sindest e Sindserv. Mesmo sem Custódio, Oliveira tende a ser mantido para, até setembro, concluir a segunda fase das negociações salariais.

Dois mínimos

Em sessão extraordinária às 14 horas de hoje, a Câmara de Praia Grande votará projeto de lei da prefeita Raquel Chini (PSDB) para que os salários dos 373 agentes comunitários de saúde (ACSs) e 47 agentes de combate às endemias (ACEs) sejam equiparados ao piso nacional, de R\$ 2.424,00.

Atualizar o piso

Hoje, o piso de ACSs e ACEs na Cidade é de R\$ 1.880,17. O novo foi instituído em maio, mas só neste mês o Governo Federal, ao qual cabe o pagamento, atualizou os repasses. O reajuste será retroativo às folhas de maio e junho, diz a Prefeitura.

De onde tirar

A propósito, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) festejou a aprovação, após sete anos tramitando na Câmara, da Proposta de Emenda à Constituição que proíbe o Governo Federal de criar encargos a estados e prefeituras sem que estes tenham dinheiro reservado para isso. Por exemplo: nesta semana, aprovaram-se pisos nacionais para profissionais de enfermagem. Mas não é a União que os pagará.

Samba à noite

Terceiro colocado na eleição para a Prefeitura de Santos em 2020, o advogado e jornalista Douglas Martins (PT) lançará sua pré-candidatura a deputado estadual às 19 horas de hoje. Será no Sindicato dos Químicos, "com samba e manifesto", conforme postagem no Facebook.

Fora da rede

Desde 28 de março, um dia antes de ser afastado do cargo pela Justiça, o prefeito de Guarujá, Válder Suman (PSDB), nada publica em redes sociais. Reassumiu em 20 de junho. Já os outros oito prefeitos da região continuam firmes na internet.

JONAS MOREIRA/PREFEITURA DE MONGAGUÁ



Em Brasília

O prefeito de Mongaguá, Márcio Melo Gomes, o Márcio Cabeça (Republicanos), foi recebido na quarta-feira pela manhã, no Palácio do Planalto, pelo presidente Jair Bolsonaro (PL, ambos na foto). Ali, Cabeça firmou um compromisso e prestou um agradecimento.

Capacitação

A Cidade aderiu ao Escola Federativa, plataforma de capacitação e aprimoramento de servidores e agentes municipais em 16 temas. Entre eles, compras governamentais, gestão de pessoas e turismo.

Obrigado

Cabeça agradeceu a Bolsonaro pelo envio de R\$ 22 milhões para a recuperação da orla de Mongaguá, parcialmente destruída por ressacas em abril de 2020. Também citou, por exemplo, o deputado federal Antonio Cezar Correia Freire, o Cezinha de Madureira (PSD), e o ex-ministro da Infraestrutura Tarcísio Gomes de Freitas.

Tudo em casa

Freitas, que não estava no encontro com o presidente, é pré-candidato a governador pelo Republicanos, partido de Cabeça. E o PSD estará na futura campanha do ex-ministro ao Palácio dos Bandeirantes: indicou o vice, Felício Ramuth, ex-prefeito de São José dos Campos.



CONTRA PONTO

Por Carlos Raiton e colaboradores



Comemoração. O deputado estadual Caio França (PSB) comemorou o veto total do governador do Estado de São Paulo, Rodrigo Garcia (PSDB) ao PL 755/2020, de autoria da deputada estadual Janaina Paschoal (PRTB), publicado em Diário Oficial. A proposição estabelecia a possibilidade de que as famílias que se encontram na fila para adoção funcionassem como famílias acolhedoras, de modo a conceder prioridade na adoção de crianças ou adolescentes que tenham acolhido.

Polêmica. Ao longo da tramitação na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp), França, que atua na coordenação da Frente Parlamentar de Apoio à Adoção há três anos, realizou diversas audiências públicas para debater o PL, que desde a sua apresentação gerou muita polêmica e insatisfação por parte dos grupos de adoção, advogados, assistentes sociais, juizes e psicólogos de vários estados do Brasil, que temiam justamente o avanço do projeto de lei.

Justificativa. Em sua justificativa ao veto, o governador destacou incompatibilidade com o sistema constitucional de repartição de competências legislativas entre os entes federativos e com as normas editadas pela União. "O projeto de lei incursiona em matérias de direito civil e processual civil, sujeitas à competência legislativa privativa da União e ao direito processual civil, especificamente no que toca à prioridade de tramitação dos processos de adoção", assegurou Garcia.

Justificativa. Em sua justificativa ao veto, o governador destacou incompatibilidade com o sistema constitucional de repartição de competências legislativas entre os entes federativos e com as normas editadas pela União. "O projeto de lei incursiona em matérias de direito civil e processual civil, sujeitas à competência legislativa privativa da União e ao direito processual civil, especificamente no que toca à prioridade de tramitação dos processos de adoção", assegurou Garcia.

Já tem lei. "Já temos normativas suficientes que explicitam a necessidade de priorização absoluta da criança e adolescente como o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA), por exemplo. O que precisamos fazer agora é colocá-las em prática porque isso não pode ficar só na letra da lei, no papel. Não existe uma fórmula mágica para acelerar os processos de adoção até porque determinadas etapas são essenciais na proteção integral e preservação da dignidade humana", afirma França.

Ampliar. O deputado ainda disse que é preciso ampliar a quantidade de varas especializadas de Infância e Juventude nos municípios, o quadro de servidores públicos, articular e formar novos grupos de apoio à adoção. O veto foi uma vitória da adoção. É preciso cobrar maior compromisso do Estado, do Judiciário, da sociedade e das famílias, assegurando que as instituições e projetos existentes funcionem efetivamente", observou o deputado.